

OUT 2026

INSIGHTS

O retorno dos Reis da
economia: o
neo-mercantilismo
trumpista e seus
impactos na Europa

ELABORADO POR

Luiz Coêlho de Araújo
Filipe Prado Macedo da Silva



O retorno dos Reis da economia: o neo-mercantilismo trumpista e seus impactos na Europa

Luiz Coêlho de Araújo* e Filipe Prado Macedo da Silva**

O slogan *Make America Great Again* (MAGA), que marca a agenda política e econômica de Donald Trump, costuma ser apresentado como expressão de uma ruptura na política econômica e comercial dos EUA.

Entretanto, quando analisado em perspectiva histórica, o conjunto de princípios que sustenta essa estratégia política e econômica apresenta importantes semelhanças com uma doutrina desenvolvida há mais de quatro séculos: o **mercantilismo**.

Isto quer dizer que nacionalismo econômico, protecionismo tarifário, fortalecimento da produção doméstica e redução da dependência externa reaparecem, em circunstâncias evidentemente distintas, como instrumentos de poder econômico e geopolítico.

Nos séculos XVI e XVII, as monarquias europeias associavam a riqueza e o poder do Estado à acumulação de ouro e prata. Naquela época, a preservação desses recursos exigia limitar as importações, estimular as exportações e fortalecer a produção doméstica.

Quatrocentos anos depois, a natureza dos ativos estratégicos mudou, contudo parte dessa lógica reaparece. Assim, os galeões carregados de metais preciosos foram substituídos pelas cadeias produtivas e pelas tecnologias, enquanto a preocupação com a acumulação de ouro **cedeu espaço à capacidade produtiva, conhecimento tecnológico e dados**.

Do mercantilismo dos Reis ao neo-mercantilismo trumpista

O mercantilismo não significava a rejeição do comércio internacional. Pelo contrário, o comércio exercia papel essencial, desde que contribuísse para o fortalecimento econômico e político do Estado.

A prioridade consistia em alcançar uma balança comercial favorável, exportando mais do que importando e, dessa forma, evitando a redução da riqueza nacional.

Dentro dessa tradição, o chamado “Colbertismo”, associado ao mercantilismo industrial francês, enfatizou o desenvolvimento da produção doméstica e o uso do protecionismo como instrumento para reduzir a dependência externa.

Três características sintetizavam tal estrutura: o protecionismo alfandegário, o estímulo estatal às manufaturas e o metalismo. Tarifas elevadas protegiam os produtores nacionais da concorrência estrangeira; subsídios favoreciam o desenvolvimento de uma estrutura produtiva local; e a acumulação de metais preciosos constituía uma medida fundamental da riqueza de uma nação.

Porém, o capitalismo globalizado desenvolveu uma lógica substancialmente diferente. Em lugar da autossuficiência, consolidou-se a especialização produtiva; em vez de interpretar o comércio necessariamente como uma disputa na qual o ganho de um país corresponde à perda de outro, difundiu-se a possibilidade de ganhos mútuos. Em oposição às elevadas barreiras alfandegárias mercantilistas, os acordos e parcerias internacionais procuraram reduzir tarifas e facilitar as trocas comerciais. A própria concepção de riqueza deixou de

estar vinculada aos estoques de ouro e prata e passou a ser associada à produção de bens e serviços, à inovação e à tecnologia.

A questão é que, em períodos de crise internacional ou de intensificação das disputas geopolíticas, os governos voltam a empregar barreiras comerciais para proteger setores domésticos e procuram situar maior autonomia em atividades consideradas estratégicas. Automóveis elétricos, semicondutores, energia e tecnologias avançadas passam a ocupar uma posição comparável àquela anteriormente reservada às manufaturas e aos metais preciosos.

É justamente, nesse contraste, que emerge o [neo-mercantilismo trumpista](#).

Neste contexto, a estratégia de Trump pode ser compreendida a partir de cinco elementos para enfrentar a [crise hegemônica dos EUA](#).

O primeiro é a recuperação de uma interpretação próxima à lógica do jogo de soma zero. Os [déficits comerciais norte-americanos](#) com economias como China e Europa passam a ser entendidos não apenas como resultado das relações comerciais, mas como uma perda de riqueza dos EUA em benefício de outros países.

O segundo elemento é a [centralidade das tarifas](#). Assim como os governos mercantilistas utilizavam barreiras alfandegárias para proteger suas manufaturas, as tarifas voltaram a ocupar posição privilegiada na política econômica norte-americana.

Na prática, as tarifas procuram elevar o preço relativo das mercadorias estrangeiras e, simultaneamente, aumentar a atratividade da produção realizada em território norte-americano. Um exemplo ocorreu com o [aço e o alumínio](#), cujas tarifas adicionais foram elevadas de 25% para 50% em junho de 2025. Outro caso emblemático envolve a [indústria automobilística](#): automóveis importados passaram a enfrentar tarifa adicional de 25%, posteriormente acompanhada por tarifas sobre determinadas autopeças.

Dessa maneira, a política tarifária não atua somente como uma barreira contra produtos estrangeiros: procura ainda modificar os incentivos de localização das cadeias produtivas, favorecendo a produção dentro dos EUA.

O terceiro elemento é a substituição simbólica do ouro pelos empregos, pelas fábricas e pelas patentes. No mercantilismo, produzir internamente possibilitava preservar metais preciosos e diminuir a vulnerabilidade diante de outros Estados.

No neo-mercantilismo, essa preocupação desloca-se para a preservação da capacidade industrial e tecnológica. A ordem executiva [Buy American and Hire American](#) expressa essa busca pela recuperação das atividades produtivas e dos empregos industriais. Em 2025, a aposta na estratégia [America First](#) foi fortalecida por Trump.

O quarto componente é o ceticismo em relação ao multilateralismo. A estratégia trumpista privilegia negociações diretas e agressivas com países e adota uma postura crítica diante de organismos internacionais, como a [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC). Nessa perspectiva, a negociação bilateral permitiria aos EUA usar de maneira mais direta o peso de sua economia nas relações com seus parceiros comerciais.

Por isso, a [insatisfação trumpista com os blocos comerciais](#), como a União Europeia (UE) e o Mercosul.

Por fim, o quinto elemento refere-se à reação internacional. Se o mercantilismo estimulava disputas por mercados, rotas e colônias, o neo-mercantilismo favorece guerras comerciais e tecnológicas.

As tarifas norte-americanas vêm provocando reações de outros atores internacionais, fazendo com que medidas inicialmente concebidas para proteger o mercado doméstico produzam efeitos para além das fronteiras dos EUA.

Logo, ao estimular respostas tarifárias e outras formas de proteção comercial por parte dos países afetados, essa estratégia contribui para a disseminação do protecionismo e para o acirramento das disputas na economia internacional.

Os impactos sobre a UE: nova política industrial, proteção do mercado e autonomia econômica

A UE ocupa uma posição particularmente sensível diante dessa transformação. O bloco europeu construiu grande parte de sua arquitetura econômica contemporânea em torno da integração dos mercados, da redução das barreiras comerciais e da defesa de uma ordem internacional baseada em regras e instituições.

Porém, o avanço das disputas comerciais e tecnológicas vem modificando o ambiente de governança em Bruxelas. As tarifas norte-americanas desencadearam respostas [tanto da China quanto da própria UE](#).

A reação europeia extrapolou a simples retaliação tarifária. Isto significa que a UE está reagindo progressivamente com uma política econômica baseada na combinação entre competitividade, política industrial, segurança econômica, resiliência produtiva e redução das dependências externas (especialmente, dos EUA).

Um marco importante dessa transformação europeia é a [Bússola para a Competitividade](#), apresentada pela Comissão Europeia em 2025.

A estratégia procura fortalecer a capacidade competitiva da economia europeia e ampliar a inovação, articulando descarbonização e novas parcerias comerciais. A intenção não é apenas desenvolver tecnologias dentro da UE, mas também criar condições para que possam ser produzidas industrialmente no território europeu.

Outra peça fundamental é o [Pacto da Indústria Limpa](#), que aproxima política climática e política industrial. A iniciativa procura estimular a produção industrial europeia, reduzir os custos energéticos, ampliar os investimentos e fortalecer setores industriais considerados essenciais para a transição econômica.

Essa orientação também introduz uma dimensão mais explícita de [preferência europeia](#). Assim, a nova política industrial passa a considerar critérios relacionados à produção dentro da própria UE, à resiliência das cadeias produtivas e à origem de determinados produtos nos mecanismos de contratação pública e apoio estatal.

Dessa forma, o Mercado Único da UE deixa de funcionar apenas como espaço de abertura comercial e passa também a ser utilizado como instrumento de política industrial.

Paralelamente, a UE “exumou” sua ampla estrutura de [instrumentos de defesa comercial](#). As medidas [antidumping](#) permitem reagir quando produtos estrangeiros são vendidos no mercado europeu abaixo de seu valor normal, provocando prejuízos à indústria europeia. Dependendo dos resultados da investigação, a resposta pode envolver tarifas e/ou outras medidas destinadas a restabelecer condições consideradas equitativas no mercado.

Existem também [medidas antissubsídios](#), destinadas a responder aos efeitos de subsídios concedidos por governos estrangeiros aos seus produtores. Quando as vantagens dos países estrangeiros provocam distorções no mercado europeu, a UE pode utilizar direitos

compensatórios. Neste caso, o objetivo é impedir que políticas industriais de outros países proporcionem vantagens que prejudiquem significativamente os produtores da UE.

Um terceiro mecanismo são as [salvaguardas comerciais](#), utilizadas quando o aumento das importações causa ou ameaça causar prejuízos graves à economia europeia. Entre as medidas possíveis estão quotas e quotas tarifárias – por exemplo, a [quota de carne bovina para o Mercosul](#) – que impõem tarifas adicionais às importações acima de determinados volumes.

A UE também criou instrumentos para controlar os efeitos de subsídios estrangeiros dentro do Mercado Único, evitando que empresas beneficiadas por recursos públicos de países terceiros obtenham vantagens que distorçam aquisições ou processos de contratação pública. Esse mecanismo é regulamentado pelo [Foreign Subsidies Regulation](#).

Outro instrumento é o [Instrumento Anticoerção](#), destinado a proteger a UE e seus países-membros de pressões econômicas exercidas por países terceiros. Logo, a UE pode adotar contramedidas envolvendo comércio, serviços, investimentos, propriedade intelectual e a contratação pública, ampliando assim sua capacidade de resposta à “[instrumentalização da economia para fins de política externa](#)”.

A proteção econômica inclui ainda o [controle dos investimentos estrangeiros](#), sobretudo, quando investimentos de países terceiros podem representar riscos à segurança ou podem envolver tecnologias e capacidades estratégicas europeias. Isto já está acontecendo em relação aos [investimentos chineses na UE](#).

Em outras palavras, o resultado é a formação de uma “arquitetura europeia de proteção econômica” consideravelmente mais ampla e atualizada.

Existe, entretanto, uma diferença importante em relação ao neo-mercantilismo trumpista. Enquanto a estratégia norte-americana interpreta os déficits comerciais pela ótica da perda nacional e privilegia as tarifas como instrumento de pressão, a UE continua apresentando seus mecanismos de política comercial como compatíveis com mercados abertos, regras multilaterais e procedimentos institucionais.

Ainda assim, a direção da mudança é significativa: a abertura comercial passa a coexistir com uma preocupação crescente em preservar, proteger e controlar as capacidades produtivas consideradas estratégicas.

[Eis, o retorno dos Reis da economia](#)

O paralelo entre o mercantilismo dos séculos XVI e XVII e a agenda econômica de Donald Trump demonstra como antigas concepções econômicas podem reaparecer adaptadas a circunstâncias inteiramente novas.

O *Make America Great Again* pode ser interpretado, nesse sentido, como uma atualização industrial e tecnológica de elementos anteriormente presentes no Colbertismo.

A resposta europeia – como estudo de caso – reforça uma das principais consequências desse processo: o neo-mercantilismo de uma grande potência, como os EUA, tende a estimular comportamentos defensivos nas demais.

Contudo, a UE não reproduziu integralmente a estratégia trumpista, mas desenvolveu sua própria combinação de política industrial, segurança econômica e proteção do Mercado Único.

Surge, assim, uma configuração internacional na qual a fronteira entre política econômica e geopolítica se torna cada vez menos definida.

Produzir determinado bem, controlar determinada tecnologia ou depender de determinado fornecedor deixam de ser questões exclusivamente relacionadas à eficiência econômica e passam a envolver também segurança, resiliência e autonomia.

Logo, o retorno dos Reis da economia não significa a reprodução literal do mercantilismo. Significa a recuperação de sua lógica fundamental em uma economia tecnologicamente muito mais complexa.

Em suma, quatro séculos depois, proteger mercados, preservar a capacidade produtiva, dominar tecnologias estratégicas e reduzir dependências externas voltam a ocupar o centro das estratégias das grandes potências.

Como citar:

ARAÚJO, Luiz Coêlho de; SILVA, Filipe Prado Macedo da. O retorno dos Reis da economia: o neo-mercantilismo trumpista e seus impactos na Europa. *Insights*, n. 48. Monte Carmelo, MG: Conexão Bruxelas, 2026. PDF. Disponível em: <https://conexaobruelas.org>

*Economista, Professor Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Pesquisador Científico Independente.

**Professor e Pesquisador do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Analista em Europa e União Europeia. Líder do “[Conexão Bruxelas | Grupo de Estudo sobre Europa e União Europeia](#)”. E-mail institucional: filipe.prado@ufu.br

INSIGHTS